

Congresso apóia projeto

BRASÍLIA — As propostas do governo federal para manter a alíquota de 27,5% no Imposto de Renda das pessoas físicas e prorrogar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) não devem encontrar fortes resistências no Congresso. A opinião é dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP). Ambos ressaltam, no entanto, que o governo terá que explicar aos parlamentares em que projetos e onde pretende gastar os recursos que serão arrecadados com o adicional do Imposto de Renda.

“Acredito que não seja difícil aprovar a prorrogação dessa alíquota, desde que a receita adicional seja destinada a beneficiar projetos da área social, como a minha proposta de erradicação da pobreza. A manutenção dessa alíquota não pode ser só rotina administrativa”, afirmou ACM. “O governo precisa explicar bem as razões da prorrogação da alíquota de 27,5% no Imposto de Renda. Muita gente no Congresso tem dito

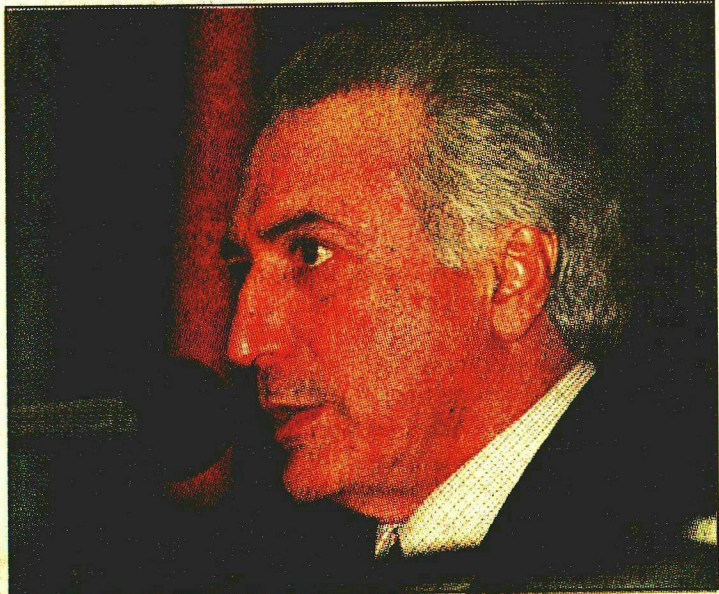
que não vota mais aumento de imposto”, disse Temer.

Na opinião dos presidentes da Câmara e do Senado, a prorrogação do FEF também não deverá ter dificuldades de ser aprovada, porque os estados e municípios não vão perder receita.

“Essa nova emenda constitucional do FEF excluindo os estados e municípios é um avanço. E, pela proposta, os estados e municípios não vão ter prejuízos e, dessa forma, fica menos doloroso aprovar o FEF”, argumentou Temer. “Se esse novo FEF não prejudica estados e municípios, acredito que não haverá oposição à proposta”, completou Antonio Carlos.

Para o vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), a arrecadação adicional com a prorrogação da alíquota de 27,5% no Imposto de Renda das pessoas físicas não poderá ser utilizada para o pagamento da dívida pública. “Tem que ficar bem claro qual é o objetivo e a destinação da arrecadação com o adicional”, disse Henrique Alves.

J. França — 18/8/99



Temer disse que governo deve explicar onde aplicará imposto